

Editorial

A página cultural do Centro de Estudos Bocageanos oferece hoje aos seus leitores dois textos de diferentes temáticas.

A rubrica "As Minhas Primeiras

Letras", de inequívoco interesse para a memória e história da escola em Setúbal, continua este mês com a contribuição de outro setubalense ilustre, António Quaresma Rosa.

Também neste número, o historiador Álvaro Arranja, evoca a actuação da Inquisição no século XVI, contra um habitante da então vila de Setúbal

A INQUISIÇÃO E O MESSIAS DE SETÚBAL

As marcas profundas que a actuação da Inquisição deixou na nossa sociedade, estão ainda hoje presentes no Portugal do século XXI...

Ao longo de três séculos, muitas foram as vítimas do Tribunal do Santo Ofício. Neste artigo, aborda-se um caso dos primeiros tempos da Inquisição, como órgão institucionalizado em Portugal, resultante do processo instaurado a um cristão-novo, alfaiate em Setúbal que, de acordo com a acusação contra ele feita, se autoproclama de Messias.

Através do processo da Inquisição (transcrito por Lúcio de Azevedo na 1ª edição do seu livro *A Evolução do Sebastianismo*), podemos conhecer alguns dados biográficos de Luís Dias, o "Messias de Setúbal". Nasceu em Viana do Alentejo em 1505. Casou em Montemor-o-Novo e veio depois morar para Setúbal. Ao ser-lhe perguntado porque tinha vindo para Setúbal, respondeu que "se fora de Montemor para Setúbal para aí ganhar melhor a sua vida". O pai era comerciante. Teve, pelo menos, dois filhos, já que o processo da Inquisição o acusa de ter "circundado dois dos seus próprios filhos".

SETÚBAL QUINHENTISTA

Setúbal no século XVI, atraía já as populações do interior, devido à vitalidade que lhe conferia as actividades ligadas ao mar e ao comércio do sal. Tinha ultrapassado a muralha medieval, desenvolvendo-se já o aglomerado de Troino, a oeste da antiga linha de muralhas. Luís Dias habitava na Porta Nova, local que estabelecia a ligação entre a vila intramuros e o novo arrabalde de Troino, habitado essencialmente por pescadores.

De acordo com um documento contemporâneo de Luís Dias (1), Setúbal intramuros tem "mil e duzentos moradores", que devemos entender como o número de fogos ou agregados familiares. Fora das muralhas, para além de Troino, existe o arrabalde de Palhais. O mesmo documento refere que "a vila é do mestrado de Santiago". O rendimento dos impostos vai em primeiro lugar para o Rei, "as sisas, a dizima nova do pescado, a alfandega e a imposição do sal". O Mestre da Ordem de Santiago recebe "os dízimos da terra e do mar, a dizima de saída da foz, portagens e pensões dos tabeliães".

Luís Dias vive numa vila em expansão onde o grande desenvolvimento do comércio e da pesca no estuário do Sado fez aumentar a actividade salineira. A este desenvolvimento do comércio não era alheia a comunidade judaica da vila, da qual Luís Dias alegadamente fazia parte. Segundo Maria José Ferro, já no reinado de D. Dinis os judeus de Setúbal têm o seu bairro e no reinado de D. Afonso IV os documentos falam da Comuna dos Judeus de Setúbal.

Todavia, na Setúbal contemporânea de Luís Dias, penetra o espírito de intolerância da Inquisição. O alfaiate não é a única vítima de um regime persecutório que gradualmente se consolida. A título de exemplo, podemos apontar as denúncias feitas em 17 de Maio de 1541. Nesse dia "compareceu Sebastião Neto, morador em Setúbal,



Condenados pela Inquisição queimados num auto-de-fé no Terreiro do Paço

morador em Setúbal, e disse que João Ferreira, pescador, lhe dissera que gostava do rei de Inglaterra porque não queria lá frades nem clérigos". Um outro setubalense, denuncia o seu conterrâneo, o referido João Ferreira, porque lhe dissera "que Deus não tinha cuidado ou não se lembrava de nós", dizendo ainda "palavras contra as pombas dos bispos". De acordo com António Baião, Setúbal contribuiu para o sustento financeiro da Inquisição, "El-Rei D. João III, atendendo às grandes despesas da Inquisição de Lisboa, ordenou em 20 de Março de 1545, que lhe fossem entregues todos os bens e dinheiros pertencentes à Real Fazenda por seguirem para fora do reino quer pelo porto de Lisboa, quer de Setúbal"(2)

O PROCESSO

Os processos do Santo Ofício eram secretos e sem apelo e deixavam na mão dos inquisidores o poder praticamente absoluto de condenar ou absolver. Neles tinham papéis fundamentais os denunciadores. Como afirma António José Saraiva, "todas as denúncias eram recebidas fosse qual fosse a idoneidade dos denunciadores"(3). Contra Luís Dias surgem cinco denunciadores. Um deles, Francisco Alvares, acusa-o de não frequentar a Igreja, "não se recorda de ver em algum tempo o réu na Igreja".

Outra característica dos processos da Inquisição, eram os testemunhos de presos dos próprios cárceres do Santo Ofício, aceites como testemunhos válidos. Contra Luís Dias testemunha "dentro da cadeia da Santa Inquisição, onde está preso, Brás Afonso Bolseiro". Este diz que "ouviu dizer" a outras pessoas que Luís Dias se proclamava Messias (o enviado de Deus que os judeus continuam a esperar, já que não reconhecem Jesus Cristo). Também Inês Pires, mulher de Brás Afonso, igualmente encarada na Inquisição afirma que "ouviu dizer como um homem que estava em Setúbal se dizia ser grande sabedor", informação que escutou na Ribeira, em Lisboa; quando ia comprar pão.

O interrogatório da Inquisição era frequentemente acompanhado de tortura. O Regimento da Inquisição de 1640, intitula-se significativamente

"De com se há-de proceder com os réus que houverem de ser postos a tormento e da execução dele". O mesmo Regimento dispõe que o réu se sujeitava a tormento quando não havia provas ou quando a confissão era considerada incompleta. Especifica também os tipos de tortura, falando no tormento de polé (uma corda na qual o preso era içado e sacudido violentamente) ou no de potro (espécie de banca em que o preso era esticado com cordas accionadas por manivela).

OS FANTASMAS DO OBSCURANTISMO...

O Luís Dias saído no auto-de-fé de 1541 em Lisboa e queimado em 1542 em Évora, foi mais uma vítima das circunstâncias históricas da sua época. A fragilidade das acusações feitas contra ele, fazem-nos pensar que o seu caso ilustra as verdadeiras motivações para a criação da Inquisição. Como refere António José Saraiva, "num país onde em cada três indivíduos um, pelo menos, se julgava trazer no sêmen uma parte dos seus antepassados israelitas, não era possível uma verdadeira discriminação racial, mas era possível, com esse pretexto e coberto dessa mesma confusão, estabelecer outras discriminações."

Era necessário "fabricar judeus", exagerar os seus actos, como no caso de Luís Dias, para obter do Papa uma Inquisição com plenos poderes. Igreja e Estado eram um corpo unido na defesa dos sectores tradicionalmente detentores do poder político e económico, sendo a discriminação racial um argumento útil para reprimir quem ameaçasse a ordem estabelecida. A conservação dos privilégios justificava a repressão e o obscurantismo...realidade não definitivamente afastada no Portugal do século XXI...

ÁLVARO ARRANJA

(1) "Livro do Número de Moradores e Confrontações dos Termos", *Arquivo Histórico Português*, vol. IV, Lisboa, 1906.

(2) Baião, António, "A Inquisição em Portugal e no Brasil. Subsídios para a sua História", *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, Lisboa, 1908.

(3) Saraiva, António José, *Inquisição e Cris-tãos-Novos*, Lisboa, Estampa, 1985.

AS MINHA PRIMEIRAS LETRAS

Quando entrei na Sala da professora Ângela, no 1º andar do nº 24 da Antão Girão, além dos meus sete anos, recentemente cumpridos, levava também a minha "sabedoria" em "contas" e "ditados": a vizinha Liana ensaiara em nós (em mim e na irmã) os seus anseios de, um, ser Professor!

Perante um contraplacado pintado a negro nos iniciava nas somas e nas "diminuições", já com quatro e mais algarismos e nos ditados, palavras com, pelo menos, três letras: pão...põe...mão...mãe...

A professora Ângela era filha do tio José Luciano (tio avô), um dos fundadores da Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense, parentes organizados, disciplinados e disciplinadores. Eu, seguindo as "pisadas" dos meus irmãos, ia pelo Ensino Doméstico, isto é, o meu Encarregado de Educação, no caso o meu pai, era responsável pelo êxito do ensino e só ele me podia propor aos exames: da 3ª, 1º grau e 4ª classe, 2º grau, assumindo toda a responsabilidade pela minha aptidão. Estávamos em 1945!

Na Sala misturavam-se rapazes e raparigas (!) da 1ª à 4ª classe. Um horário das 9 às 18 horas, um intervalo irregular para almoço, outro para lanche. Eu e os colegas mais modestos, íamos lanchar, o nosso pão com marmelada do Abrantes (comprada à "quarta"), para a cozinha da casa, sob o olhar atento da "prima" Cecília.

Aquela convivência e "misturada" eram enriquecedoras.

Enquanto se fazia a cópia, na ardósia, limpa a água e vinagre, com pena de leite (um luxo), um ouvido atento, liberto desse exercício, ia captando: a vida dos reis e navegadores, a divisão das orações (coordenadas relativas!), os significados e, sobretudo ao ralhetes, raramente seguidos dos estalidos da régua que, elogiado pai, oferecera à D. Ângela, curiosamente, após o bem sucedido exame da 5ª da sua menina!

A D. Ângela, que ficara solteira, iniciara a sua carreira como professora, aos 17 anos, em Alcácer-do-Sal, numa escola rural, na propriedade de um cavaleiro tauromáquico e ganadeiro que não se coíbiu de assustar, infrutiferamente, a debutante e jovem professora, no primeiro dia de aulas, ao fazer "estacionar", à porta da Escola um luzidio touro bravo que teimaria em impedir-lhe a saída. Infrutífera porque, pontual, a Senhora Professora se apresentou para o almoço da família anfitriã.

Era com esta Mestra que tínhamos de lidar com toda a sabedoria dos nossos sete anos!

Por motivos que não cabem nesta narrativa, mudámos de local de aulas indo ocupar um 1º andar (nº 10) da Serpa Pinto (por cima da actual Livraria Telis) sob o olhar vigilante de quem ocupava o andar fronteiro. A Conceição e o Zé não se sentiram nada vigiados pela família. Eram excelentes companheiros.

O exame da 3ª classe, feito na Conde Ferreira, já passara e bem. Os examinadores foram bem mais "folgados" que a camisa e os sapatos novos, estreados à força para momento tão importante.

Levava-se numa pasta, fechada por atilhos coloridos, o papel branco para o desenho, o de linhas para o ditado e redacção: "...a ovelha é um animal doméstico porque..." e o quadriculado para a aritmética e problemas: "...uma torneira enche um...".

Foi uma alegria, ou outro sentimento que nunca soube definir, ao ver aqueles "B's", encimando cada uma das folhas, sem borões nem rasuras.

A este novo local afluíram os mais destacados meninos-família de então e que provaram ser os melhores nas suas carreiras de sucesso académico, profissional, cívico e mesmo artístico. Bons e são companheiros.

Separámo-nos após o célebre exame da 4ª classe. Não esquecerei a ternura da minha examinadora, deslumbrada com a prova de pesos e medidas em que fácil e rapidamente tareei a balancinha, qual merceiro de muita prática.

É que, lá em casa, para acrescentar algum pecúlio ao agregado, faziam-se bolos...a peso. Tarefa atribuída aos mais novos e disponíveis.

Tal malabarismo valeu-me terem acrescentado à designação de Aprovado, o compensador "com distinção".

À D. Ângela hoje e agora lhe agradeço ao que me ensinou. Bem haja, pois!

Meu pai sentenciou dizendo: "Um dia, quando tirares a carta, tens um inequívoco diploma para apresentar!"

Razão tinha o Dr. Pardete!

António Quaresma Rosa